

Etsuko Miyata, *Portuguese Intervention in the Manila Galleon Trade. The Structure and Networks of Trade between Asia and America in the 16th and 17th Centuries as Revealed by Chinese Ceramics and Spanish Archives*, Oxford, Archaeopress, 2016, 75 p., ISBN 978-1-78491-532-2.

Etsuko Miyata completou em 1994 o bacharelato em Artes na Universidade Keio (Tóquio), com foco na arqueologia do comércio de cerâmica. Depois, frequentou na Universidade Rikkyo (Tóquio), simultaneamente, o bacharelato em Artes, em História da Ásia, e o mestrado em História, concluindo ambos em 1998. De 2005 a 2007 frequentou a Universidade de Santiago de Compostela onde obteve o Diploma de Estudos Avançados em História Contemporânea da América Latina, tendo também estagiado no *Museo de las Peregrinaciones y de Santiago*, onde fez avaliação de livros e peças de arte. De 2007 a 2009 frequentou a Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), onde investigou as atividades jesuíticas no sudeste asiático. De regresso à Universidade Rikkyo, em 2014, Etsuko Miyata pôde concluir, em 2015, o seu doutoramento em História da Ásia. Desde 2014 trabalha no Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Rikkyo.

Durante o seu pós-doutoramento na Sociedade Japonesa da Promoção, Etsuko Miyata investigou a expansão portuguesa na Ásia, particularmente, a complexa rede de comércio asiático construída pelos portugueses. Fê-lo em estudo documental e por análise de fragmentos de cerâmica, a par do comércio iniciado nas Filipinas, pelo governador Miguel López de Legazpi (g. 1565-1572). Deste trabalho de investigação em História Conectada e Global resultou a obra acima referida.

O núcleo central desta obra consiste no estudo da estrutura e na função do comércio em torno do galeão de Manila, especialmente durante os séculos XVI e XVII. O interesse especial desta obra está no facto de a autora sublinhar a importância da participação dos mercadores portugueses no comércio realizado na Ásia, através do galeão de Manila, por meio das conexões do comércio português com as colónias americanas de Espanha. Este estudo, original, mostra que produtos chineses eram, primeiramente, obtidos em Guangdong e Fujian e depois levados para Manila, através de Macau ou levados do sul da China. De facto, ricos mercadores cantoneses exportavam as suas mercadorias para Manila e Nagasáqui através de mercadores portugueses. Ilustra-se assim que o comércio português em Macau, desde 1557 e até ao período da plena prosperidade do galeão de Manila, foi importante, em virtude da falta de conhecimento político e comercial dos espanhóis sobre a Ásia e territórios do sudeste asiático. Este comércio com Macau seria, depois, proibido em meados do século XVII.

Outra das contribuições desta obra foi mostrar a importância dos conversos, por terem construído redes comerciais muito extensas, tanto na Europa, como na Ásia e na América. Através dos negócios operados com o galeão de Manila eles estabeleceram fortes elos comerciais com os mercadores que operavam no Novo México. A autora mostra que o comércio de curto alcance territorial estava intrinsecamente conectado com operações comerciais de longo alcance. Eram os conversos portugueses que estavam por detrás desta rede complexa de negócios, em virtude dos sólidos contactos que possuíam entre a Ásia e a Europa. Estavam especialmente ativos no Novo México e no Perú, mas acabaram por ser vítimas de perseguições da Inquisição, particularmente, de 1620 a 1650.

Como os espanhóis se encontravam oficialmente proibidos de entrar em Macau, mesmo no período da União Ibérica, abasteciam-se de produtos chineses e do sudeste asiático, que lhes eram levados da China, para Manila, quer por mercadores portugueses, quer por mercadores chineses. No entanto, os mercadores portugueses pagavam taxas alfandegárias, bem mais baixas, pelos seus produtos, do que os mercadores chineses. Por outro lado, depois do édito imperial de 1639, que pôs termo ao comércio português entre Macau e Nagasáqui, os portugueses deixaram de poder obter prata no Japão, pela venda de mercadorias chinesas, e passaram a ter de obter prata em Manila para comprar mercadorias chinesas.

Esta obra foi estruturada com quatro capítulos e uma conclusão. O capítulo I desta obra debruça-se sobre a estrutura dos mercados asiáticos e a participação das nações ibéricas neste comércio regional. Para se compreender as causas e os efeitos do surgimento deste comércio marítimo na Ásia, a autora explica o contexto histórico que levou a que portugueses e espanhóis fossem os primeiros europeus a construir o seu poderio na Ásia. Os espanhóis, fazendo uso da rede de comércio asiático construída pelos portugueses, trouxeram muitos navios a Cavite (Filipinas) para poder comerciar com a prata obtida nas suas colónias americanas. Neste capítulo esclarece-se também que, apesar da participação dos mercadores chineses ser uma das principais contribuições para o comércio asiático, em Manila, a maioria dos imigrantes chineses eram sobretudo trabalhadores (pedreiros, pescadores, porteiros, etc.), comerciantes e artesãos (alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, chapeleiros), mais do que mercadores. Na verdade, eram os mercadores portugueses o núcleo principal por detrás do comércio do galeão de Manila, que fez da capital das Filipinas um dos maiores entrepostos comerciais do Oriente, aonde afluía seda e cerâmica chinesas, marfim, pérolas, rubis, safiras, ouro, artigos de ferro fundido, cobre, canela da ilha de Mindanau, gengibre, tamarindo e arroz. Foi pena que a autora não tivesse explicado que a consolidação do comércio entre Manila e a costa meridional da China levou ao crescimento rápido da migração chinesa para

Manila, cuja dimensão viria depois a preocupar as autoridades espanholas nas Filipinas. Vários tumultos levaram à chacina de milhares de chineses nas Filipinas e, inversamente, à amotinação no Mar das Celebes de remadores chineses, que levou ao assassinato do governador Gómez Pérez Dasmariñas (g. 1589-1593)¹. Este capítulo também tem o mérito de explicar, em detalhe, a razão porque a dinastia Ming banuiu o comércio chinês com o Japão em 1371.

O capítulo II deste livro enumera os produtos que eram exportados de Manila para a Nova Espanha. Entre estes produtos encontrava-se seda, algodão, cetim, damascos e outros têxteis, cravo, cerâmica decorada a ouro, artigos de laca japoneses, cera e mobílias. Com maior relevância estava a seda chinesa produzida em Hangzhou e Nanjing, e a cerâmica chinesa azul e branca da cidade de Jingdezhen (Jiangxi). Todos estes produtos tinham de ser comprados com metais nobres (ouro ou prata), e eram bem aceites em todas as colónias espanholas, do México ao Perú. No regresso a Manila, o galeão trazia prata, armas, munições, chumbo, salitre, vinho, farinha de trigo, azeite, queijos, banha, carne em conserva, fruta, frutos secos, vinagre, cordoaria, papel e livros.

Revelou-se significativa a aquisição de cerâmica chinesa por parte das ordens religiosas católicas espanholas, como se demonstrou através dos fragmentos de cerâmica chinesa (pratos, tigelas, jarras e copos) que foram encontrados em escavações realizadas em mosteiros e conventos na Nova Espanha. Por último, refere-se a importância dos mercadores portugueses conversos, de algumas ordens religiosas e, sobretudo, de mercadores mexicanos ricos (de ascendência espanhola, portuguesa ou italiana), que construíram as suas fortunas através do comércio de mercadorias asiáticas.

Já em 1570, um dos primeiros galeões que transportavam mercadorias das Filipinas para o Novo México registava sete centenas de artigos de cerâmica que foram entregues por portugueses. Os portugueses tentaram várias formas de participar neste comércio, mas cedo perceberam que não o podiam fazer diretamente, já que em 1590 um barco português que navegou de Macau para Acapulco, com mercadorias para negociar, acabou por ter a sua carga confiscada, por não possuir a licença necessária. Restava-lhes inserirem-se no comércio de mercadorias transportadas por galeões espanhóis, através de agentes portugueses e espanhóis nas Filipinas.

Outro aspeto curioso deste capítulo é a referência à presença de emigrantes chineses nas Américas, documentando que, em 1635, na Cidade do México já havia 20.000 chineses, muitos dos quais sendo inicialmente escravos, começaram

¹ Manuel Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Alcantilado, 2002, p. 231-235.

por trabalhar nas fazendas agrícolas ou como empregados domésticos. O valor dos escravos chineses no mercado era 75% do valor dos escravos africanos, considerando a robustez física.

O capítulo III foi dedicado às rotas de comércio de cerâmica, desde a China meridional até à Nova Espanha. Baseia-se em estudos de fragmentos de cerâmica, encontrados em locais onde se verificaram naufrágios. A análise destes fragmentos mostra uma clara predominância de cerâmica produzida entre 1575 e inícios do século XVII, que corresponde a uma fase de produção, em maior escala, de cerâmica de Jingdezhen, exportada para o Ocidente através de Macau. Outro dado significativo deriva do facto de se ter verificado um declínio gradual no comércio de cerâmica chinesa, em torno das últimas décadas do século XVII, que se pode correlacionar: (i) com a perseguição da Inquisição aos mercadores conversos, que fugiram do Novo México; (ii) com a guerra naval e de corso, empreendida pela Companhia Holandesa das Índias Orientais e por corsários ingleses²; (iii) mas também com a guerra civil na China, na parte final da dinastia Ming e início da dinastia Qing.

Neste capítulo também se esclarece como os mercadores portugueses e chineses se diferenciaram nas mercadorias que comerciavam, na tentativa de coexistirem no comércio entre a China e Manila, evitando desta forma conflitos e rivalidades, prejudiciais ao comércio de cada um destes grupos. Enquanto os portugueses se especializavam em comerciar produtos de luxo, os chineses concentravam grande parte do seu comércio em produtos de consumo diário ou local. Aborda-se também a variação da procura e oferta de cerâmica chinesa na Nova Espanha, ao longo do tempo. A autora apresenta também uma explicação para o facto de a exportação da cerâmica chinesa ter alcançado o seu auge no final do século XVI e início do século XVII.

O capítulo IV debruçou-se sobre os vestígios de cerâmica chinesa encontrados em escavações arqueológicas realizadas em Portugal, Espanha e Países Baixos nos séculos XVI e XVII. As datações, quantidades e tipos de cerâmica chinesa encontrados, em cada uma das escavações, mostram a estrutura mercantil, as rotas e o volume de cerâmica chinesa importada, para cada período analisado. Neste âmbito, pôde concluir-se que o fluxo de mercadorias asiáticas levadas para Espanha foi mais abundante entre a segunda metade do século XVI e os inícios do século XVII. Contudo, a quantidade de cerâmica chinesa chegada a Sevilha era muito mais reduzida do que a quantidade que chegava a Portugal ou à Holanda. Em Portugal encontraram-se fragmentos de cerâmica chinesa do início do século XVI, ocorrência única em toda a Europa. Para Etsuko Miyata, este facto é indicativo de aquisição de cerâmica chinesa fora dos circuitos oficiais

² Arturo Giraldez, *The Age of Trade*, Maryland, Rowman & Littlefield, 2015, p. 30.

ou em Malaca. Contudo, existe ainda uma outra possibilidade, relacionada com a estadia, de mais de quinze meses, em Cantão, da armada de Fernão Peres de Andrade, quando aí chegou em 1517³. Em Lisboa, encontrou-se cerâmica chinesa, também do século XVI, mas mais tardia, com decoração de motivos manuelinos, claramente indicativa de encomendas específicas feitas por portugueses endinheirados. Embora a autora não o refira, já na década de 1540 a elite lisboeta bebia chá em chávenas de porcelana Ming e datam desta época as primeiras encomendas de porcelana chinesa pintada com decoração portuguesa.

Procurou compreender-se o impacto que teve a chegada destes produtos asiáticos na cultura material da sociedade da Nova Espanha. Constatou-se, posteriormente, o aparecimento de um tipo de cerâmica de tipo Talavera, em Puebla (Los Angeles). Esta cerâmica procurava imitar a decoração chinesa. Embora a sua qualidade fosse inferior, era acessível a classes sociais de menor poder de compra. Só no século XVIII é que esta cerâmica local perdeu os elementos decorativos asiáticos e desenvolveu uma decoração original.

Alguma mercadoria asiática que chegava à Nova Espanha era despachada de Veracruz para Sevilha, que era o maior e mais importante porto europeu nos séculos XVI e XVII. Fora de Sevilha, a região espanhola que se notabilizou mais pelo comércio de certos produtos asiáticos foi a região costeira da província da Galiza e Santiago de Compostela, o que é facilmente compreendido pela proximidade geográfica e cultural da Galiza, em relação a Portugal. No século XVI, Portugal foi o maior importador europeu de cerâmica chinesa. Em Espanha, de uma forma geral, os produtos asiáticos não eram particularmente apreciados e, por esta razão, não eram importados. No século XVII, devido à formação da Companhia Holandesa das Índias, os Países Baixos ultrapassaram Portugal na importação de cerâmica chinesa.

Anteriormente à descoberta da rota do Cabo da Boa Esperança, tanto a seda como a cerâmica chinesas já eram altamente apreciadas na Europa e eram comercializadas por mercadores árabes. Neste âmbito, teria sido relevante que a autora tivesse referido a presença de porcelana chinesa em baixelas reais europeias antes do século XV. De facto, Maria, rainha consorte de Carlos II de Nápoles e Sicília (r. 1285-1309), já a mencionou no seu testamento de 1323. Também é sabido que o rei Luís I da Hungria (r. 1342-1382) adquiriu uma garrafa de cerâmica vidrada *qingbai* de ca. 1300-1320⁴.

³ João de Deus Ramos, “Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau”, *IDN-Revista Nação e Defesa*, 53 (1990), p. 161.

⁴ Maria Antónia Pinto de Matos, “A Porcelana Chinesa” in *Portugal-China: 500 anos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 175.

Depois da conquista de Malaca, em 1511, estes produtos passaram a ser comercializados e transportados para a Europa, através de mercadores portugueses, que os traziam para Lisboa. Esta alteração também se repercutiu a nível social, porquanto as mercadorias asiáticas, que eram adquiridas pelos aristocratas da classe mais alta, passaram a ser consumidas pela classe média dos mercadores. Este estudo ajuda a compreender o comércio e a cultura material na Europa nos séculos XVI e XVII, antes da invasão de produtos orientais pela Europa, que aconteceu no século XVIII.

Na Conclusão desta obra, a autora sublinha que o comércio do galeão de Manila, que se estendeu por três séculos, não se cingiu à troca de seda por prata, mas constituiu-se num meio, deveras importante, de transferência de mercadorias, pessoas e alterações culturais entre meios geográficos muito distantes. O primeiro ímpeto destes fluxos foi, indubitavelmente, realizado por portugueses, por terem sido os primeiros europeus a conhecer bem a Ásia e o comércio asiático. Sem a participação portuguesa o comércio implementado pelo galeão de Manila não se teria desenvolvido tão rapidamente. Este comércio foi implementado por mercadores privados, de entre os quais se destaca o papel dos conversos portugueses que se instalaram na Ásia, que criaram redes com outros mercadores de origem judaica, que abrangiam três continentes. Entre estes poderosos mercadores conversos estava a família Landeiro e a família Millán. Tanto os registos de carga de navios, quanto a natureza dos fragmentos de cerâmica chinesa encontrados, indicam que os portugueses tiveram um papel importante no comércio transpacífico e no fornecimento de mercadorias asiáticas, através de Macau, a mercadores mexicanos.

Pese embora o mérito inegável desta obra, algumas referências são merecedoras de comentários críticos. Não foi correto que a autora escrevesse que a “Espanha finalmente se uniu com o casamento nos reis católicos em 1474” (p. 9). Na realidade, o casamento entre a princesa Isabel de Castela e o príncipe Fernando, filho de Juan II, rei de Aragão, teve lugar em outubro de 1469. Só em 1474 é que a princesa Isabel foi reconhecida em Castela como a sua rainha e o príncipe Fernando só herdou o trono de Aragão, depois da morte de seu pai em 1479⁵. Algumas datas referidas pela autora são também questionáveis para além do lapso grosseiro de situar a fundação do reino português, no século XV (p. 8).

O texto parece transmitir a ideia de que a viagem marítima de Cebu para Acapulco, em 1565, foi um primeiro empreendimento comercial. Na verdade, esta viagem, que durou quatro meses, foi só a tentativa para descobrir o caminho

⁵ Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, *Historia de España de la Edad Media*, Barcelona, Ariel, 2002, p. 797, 800, 802.

de retorno à Nova Espanha, de uma parte dos expedicionários que tinham desembarcado em Cebu, em meados de fevereiro desse ano. Por essa razão, esta viagem marítima foi orientada pelo cosmógrafo Fr. Andrés de Urdaneta. Só em 1573 é que Acapulco se converteu no porto autorizado, pelo vice-reinado da Nova Espanha, para comerciar com a Ásia⁶.

Teria sido enriquecedor se a autora tivesse mencionado que inicialmente faziam a viagem de Manila para Acapulco dois ou três galeões por ano e que, a partir de 1593, o rei Filipe II de Espanha decretou que este tráfego marítimo se limitasse a dois barcos que fariam apenas uma viagem por ano. Esta circunstância levou a que a carga dos galeões fosse maximizada, provocando naufrágios, por excesso de peso. Por outro lado, teria sido interessante referir que a carga do galeão de Manila, em Acapulco, era comercializada numa feira que podia durar entre vinte dias a dois meses, duração que era estipulada pelo vice-rei. Os artigos asiáticos seguiam, transportados por mulas, para outras cidades da Nova Espanha. Também não se explicou que o fim das viagens da Galeão de Manila ou Nau da China, em 1815, foi devido ao movimento insurgente que procurava a independência do México⁷.

JORGE MANUEL BOAVIDA FERNANDES DINIZ
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
jmbfdiniz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8271-8849>

⁶ Rosa Dopazo Durán, *El Galeón de Manila. Los objetos que llegaron de Oriente*, México, Ediciones Castillo, 2005, p. 18-19.

⁷ Ibid., p. 32-33, 35, 37, 43.